

Os Voluntários da Pátria na Guerra da Tríplice Aliança

Mobilização e desmobilização do 26º Corpo de Voluntários da Pátria (Ceará)

*Claudio Luiz de Oliveira**

Os Conflitos no rio da Prata até 1864

Os conflitos na região do rio da Prata entre os ibéricos eram frequentes desde que os portugueses fundaram a colônia do Sacramento. Os lusos e hispânicos deram lugar aos argentinos, brasileiros, paraguaios e uruguaios, cada um defendendo os seus interesses, que, de acordo com o momento histórico, podem atender a intentos divergentes, sempre balizados pelas suas políticas de Estado ou de Governo.

Essa luta se intensificou a partir da incorporação da Banda Oriental¹ ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, em 1816, no mesmo momento em que Argentina e Paraguai surgiam do desfazimento do Vice-Reino do Prata. Nessa época, Dom João voltou a sua atenção para o rio da Prata, pois sempre fora uma aspiração lusitana estabelecer nele a fronteira sul com os domínios da Espanha.

Essa atitude gerou diferenciadas reações entre os uruguaios porque uns desejavam a manutenção dos antigos laços com Buenos Aires, e outros almejavam a criação

de um novo Estado, com centro em Montevideu, que incorporasse toda a região do pampa e a Mesopotâmia Argentina. Foi nesse contexto que a Argentina financiou a expedição de João Antonio Lavalleja em 1825, que originou a Independência da Cisplatina, em 1828, com o nome de República Oriental do Uruguai.

Nos anos que se seguiram, o Império do Brasil travou combate contra Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina), em 1851 e 1852, respectivamente. Na década seguinte, eclodiu a guerra civil uruguaia entre *blancos* e *colorados*. O Império Brasileiro apoiou general Venâncio Flores (colorado), enquanto que o general Aguirre (blanco) solicitou a ingerência de marechal Solano López. Este protestou junto ao governo brasileiro, por meio de ameaça de intervenção contra a ação no Uruguai.

Em 1º de janeiro de 1863, tropas brasileiras adentraram o Uruguai, passando por Paissandu, seguindo, em janeiro de 1864, para a capital do país. Solano López, em resposta, aprisiona o mercante brasileiro Marquês de Olinda, em 10 de novembro de 1864. O arcabouço para o maior conflito bélico da

* Cel Cav (AMAN/79), doutor em Ciências Militares (ECEME/96), especialista em Política, Estratégia e Administração Militar (ECEME/05), pós-graduado em História Militar (UNISUL/14) e pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

história militar sul-americana estava pronto. O ambiente histórico advindo do Primeiro Reinado e a antiga disputa colonial entre Portugal e Espanha, somados às condições econômicas representadas pela economia pastoril no sul do Brasil e ao controle da navegação do rio da Prata e seus tributários, fizeram com que aquela região de fronteira se caracterizasse por disputas violentas entre a Monarquia Brasileira e as Repúblicas Platinas.

O Exército Imperial

DECRETO IMPERIAL

Dá organização aos Corpos de 1^o e 2^o linha do Exército Sendo muito conveniente que os Corpos do Exército tomem huma Organização tão regular em sua força, e numeração, quanto as circunstancias permittem:

Hei por bem que, provisoriamente, tenha execução a Tabella, que com este baixa, assignada por João Vieira de Carvalho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra.

O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar.

Paço em o 1^o de Dezembro de mil oitocentos e vinte quatro, Terceiro da Independencia, e do Imperio.

Com a Rubrica de sua Magestade Imperial.

João Vieira de Carvalho.

Cumpra-se, e registre-se, e o Secretario da Guerra remeta Exemplares a todos os Presidentes, e Governadores das Armas.

Rio de Janeiro dous de Maio de mil oitocentos e vinte cinco.²

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Nos anos que se seguiram à Independência, o governo relegou o seu exército a um segundo plano, quando essa força terrestre passou a ser considerada pelas autoridades imperiais como uma ameaça à estabilidade política do império. A inclusão de portugueses junto ao oficialato e a indisciplina das praças, que participavam de motins, arruaças e tumultos no período regencial, foram os

motivos de tal atitude. Os políticos temiam o retorno do antigo monarca. O governo garantia, apenas, o fornecimento básico para o funcionamento do exército: faltavam homens, armamentos, víveres, ou seja, todas as condições necessárias para formação e manutenção de uma força militar nacional capaz de defender os objetivos nacionais permanentes de um estado soberano.

A sociedade brasileira do século XIX, assim como o governo, não considerava o militar como alguém de destaque social. Dessa forma, o Exército era visto como depositário de desqualificados e desocupados. Nesse clima o governo imperial criou, em 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional.

As lutas travadas na bacia do rio da Prata eram realizadas por um pequeno efetivo do Exército e pelo emprego maciço da Guarda Nacional, com a ajuda financeira dos estancieiros, que resolviam os problemas na fronteira. Entretanto, essa união de forças foi incapaz de enfrentar os 80.000 mil soldados de Solano López.

Ao eclodir o conflito, o Governo Imperial determinou a constituição de forças com objetivos estratégicos diferentes: o 1^o Corpo de Exército (1^o CEx) vindo de Montevideu, onde estava o brigadeiro Manoel Luís Osorio, que acabava de participar da campanha do Uruguai, e o 2^o Cex, sediado em Uruguaiana sob o comando tenente-general Manoel Marques de Souza, o barão de Porto Alegre, para conter a invasão paraguaia vinda de São Borja; e uma força expedicionária formada por tropas vindas das províncias de São Paulo e Minas Gerais com a missão de operar ao sul do Mato Grosso.

O Exército estava pronto para combater em regiões específicas e nas fronteiras, mas não em uma guerra nacional. Assim sendo, inferimos que a força terrestre não tinha relevância para o Império antes de 1864, uma vez que ocupava um lugar absolutamente destituído de significado na sociedade.

A Guarda Nacional

A Guarda Nacional, criada durante o transcurso da Regência Permanente, era subordinada ao ministro da Justiça, à época o padre Diogo Antônio Feijó. Sua missão era defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade do império; manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade pública; e, finalmente, auxiliar o exército na defesa do litoral e das fronteiras. A Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, reorganizou a Guarda Nacional, compartilhando a subordinação ao ministro da Justiça e aos presidentes de província. Dessa forma, foi determinada a sua instituição em todo o Império, tendo por base os municípios.

A Guarda Nacional passou a ser constituída por unidades das três armas. Ao norte e ao centro do país, predominavam as organizações militares de Infantaria, enquanto que, na região sul, a quase totalidade era constituída pela Cavalaria. Os guardas nacionais, quando necessário, formavam destacamentos para suprir as faltas dos corpos de polícia para o serviço de escolta de remessas de numerário e bens da nação ou província; socorro a algum município no caso de sedições, insurreições, rebeliões ou qualquer caso de comoção. Os destacamentos ficavam sujeitos à autoridade civil.

Em 21 de janeiro de 1865, o Governo Imperial convocou 14.796 guardas nacionais, para a luta contra Solano López, com a fina-

lidade de fortalecer o Exército na região sul do território brasileiro. Entretanto, houve resistência ao cumprimento do decreto-lei, por parte dos guardas nacionais, fator gerador de um grande número de substituições, tendo em vista que o Decreto-Lei nº 3513, de 12 de setembro de 1864, favorecia a possibilidade de substituição de um guarda nacional por outra pessoa em seu lugar para o serviço do Exército pelo tempo de nove anos, com idoneidade regulada pelas Leis Militares.

Entre outros aspectos que causaram desmotivação nos Guardas Nacionais para combater nessa guerra, havia o receio de que essa Força Militar fosse incorporada ao Exército, pois um dos piores castigos para a população livre era servir nessa Força de Linha, além do fato de os Guardas Nacionais saírem de seus municípios, abandonando seus empregos públicos, propriedades ou negócios, podendo perder seus patrimônios, devido a sua ausência com o desenrolar dessa campanha militar.²

Os Voluntários da Pátria

O Decreto Imperial nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, criou o Corpo de Voluntários da Pátria (CVP), convocando os Voluntários da Pátria e os Guardas Nacionais com a finalidade de ampliar o contingente do Exército Imperial, fazendo frente ao ataque de seu belicoso vizinho.

O *Jornal do Commercio* do dia 9 de janeiro de 1865 publicava o seguinte decreto:

Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865
Cria Corpos para o serviço de guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de – Voluntários da Pátria –, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficam competindo.

Attendendo ás graves e extraordinarias circunstancias em que se acha o paiz, e a urgente e indeclinavel necessidade de tomar, na ausencia do Corpo Legislativo, todas as providencias para a sustentação, no exterior, da honra e integridade do Imperio, e Tendo Ouvido o Meu Conselho de Ministros, Hei por bem Decretar: Art. 1º São creados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de dezoito e menores de cincoenta annos, que voluntariamente se quizerem alistar, sob as condições.⁴ (N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Apelando para o sentimento de patriotismo que tinha tomado conta do Brasil no início da guerra, o governo procurou reunir os voluntários que se alistavam espontaneamente.



Figura 1 - Distintivo dos Voluntários da Pátria
Fonte: //verdadesmonarquicas.blogspot.com.br

Art. 11. Todos os voluntarios de que trata este Decreto trarão no braço esquerdo uma chapa de metal amarello com a Corôa Imperial, tendo por baixo as seguintes palavras - Voluntarios da Patria -, da qual poderão usar mesmo depois da baixa.⁵ (N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Cada Corpo de Voluntários da Pátria, além do distintivo comum, usava um uniforme próprio. É possível observar, apesar da diversidade desses fardamentos, o distintivo no braço esquerdo de cada soldado, que identificava aqueles brasileiros que atenderam ao chamamento da nação.



Figura 2 - Fardamento dos Voluntários da Pátria
Fonte: //semioticas1.blogspot.com.br

A Mobilização

O esforço de guerra desencadeado em todo o território brasileiro conclamava a população em geral a empunhar armas em defesa da Pátria invadida por forças estrangeiras. O conflito imprimiu a necessidade de implementação de uma organização bélica nunca antes empreendida pelo Governo Imperial, obrigando-o a recrutar e armar homens em larga escala — o que deu grande relevo institucional ao Exército naquele momento.⁶

Entretanto, a guerra, que se acreditava ser breve e de vitória fácil, estendeu-se por mais de cinco anos, provocando grande desgaste para Monarquia, pois, já em 1865, as necessidades eram superiores às disponibilidades de pessoal. Em decorrência desse fato, passou a ser adota-

do o recrutamento forçado, instituído por chefes políticos locais.

(...) fator que contribuiu para prolongar o que inicialmente parecia ser um "breve conflito". Apesar do concurso inicial de milhares de voluntários, gradativamente as fileiras do Exército Brasileiro foram sendo preenchidas por escravos líberos, índios, criminosos comuns, migrantes rurais e pobres das cidades.⁷

Cumprir destacar que a tributação não atendeu plenamente as necessidades do esforço de guerra. Fato de fácil comprovação pela observação dos efetivos que cada província e o Município Neutro da Corte enviaram ao Teatro de Operações.

Se, no primeiro ano de hostilidades, o processo de recrutamento transcorreu com certo apoio popular — mesmo já existindo resistências e conflitos —, a partir de 1866,

a situação se deterioraria vertiginosamente, tornando-se extremamente delicada.

Decreto nº 3.725-A, de 6 de Novembro de 1866

Concede liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do exercito

Hei por bem Ordenar que aos escravos da Nação que estiverem nas condições de servir no exército se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquelle serviço; e, sendo casados, estenda-se o mesmo benefício ás suas mulheres.⁸

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

O Império, então, passou a prometer alforria para os que se apresentassem para a guerra. Isso fez com que escravos fugissem e se apresentassem aos recrutadores com nomes falsos, para despistar seus senhores.

REGIÃO	PROVÍNCIA DO IMPÉRIO	SUBTOTAL	TOTAL
Norte	Amazonas	367	2.451
	Pará	2.084	
Nordeste	Maranhão	2.385	26.081
	Piauí	1.420	
	Ceará	2.037	
	Rio Grande do norte	814	
	Paraíba	1.472	
	Pernambuco	5.793	
	Alagoas	1.591	
	Sergipe	1.405	
	Bahia	9.164	
Leste	Minas Gerais	2.158	14.578
	Espírito Santo	625	
	Rio de Janeiro	4.667	
	Município Neutro da Corte	7.128	
Sudeste	São Paulo	4.824	4.824
Sul	Paraná	613	4.916
	Santa Catarina	1.103	
	Rio Grande do Sul	3.200	
Centro-Oeste	Goiás	275	1.692
	Mato Grosso	1.417	
Uruguai	Montevideu	450	450
TOTAL			54.992

Tabela 1 - Tributação dos Voluntários da Pátria

Fonte: elaboração do autor

A mobilização do 26º Corpo de Voluntários da Pátria

A notícia sobre a expedição do Decreto Imperial nº 3.371 chegou à capital no dia 29 do mesmo mês, despertando na população cearense o desejo de defender a integridade do Império. Nesse mesmo dia, o jovem Israel Bezerra de Menezes⁹ se apresentou, como voluntário, ao Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, presidente da Província do Ceará.

O furor do movimento foi tão intenso, que, em meados do mês de março, o efetivo alistado já ultrapassava os 300 homens. O presidente da Província, em ofício ao ministro da Guerra, informou sobre a disponibilidade de voluntários apresentados e solicitou que os mesmos fossem colocados sob o comando do brigadeiro Antônio de Sampaio, como forma de inspirar os futuros combatentes pela conduta, virtude e feitos do filho ilustre das terras cearenses. Entre os primeiros alistados, destacam-se 150 voluntários do Município de Baturité.

Às 2 horas da tarde, retirei-me de palácio na resolução de fazer uma passeata a qual realizou-se, terminando às 8 horas da noite, sendo, nesta ocasião, alistados 53.

Em vista de tão crescido número de alistados, ordenou o Presidente que fôssem estes aquartelados no quartel da G.N., onde ficou sendo o depósito para receber os que se quisessem alistar.

Poucos dias depois do meu oferecimento, fui mandado pelo Presidente em Comissão a Messejana, Soure, Maranguape, Pacatuba e Baturité e outras localidades a fim de angariar voluntários, o que fiz com os melhores resultados e satisfação do Governo.¹⁰ (N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Os cearenses deixaram a capital em seis de abril, a bordo do vapor Jaguaribe,

com destino ao Município Neutro da Corte, onde aportou, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 20 do mesmo mês. No traslado, a tropa foi organizada e conduzida pelo tenente-coronel (GN) José Nunes de Melo. Ao deixar o Ceará, a tropa recebeu das mãos das senhoras de Fortaleza a Bandeira Nacional, após a benção eclesiástica do vigário-geral do Bispado, Hipólito Gomes Brasil, que seguiria com os cearenses a todos os rincões das terras da banhadas pela bacia platina.

Ao chegar à Corte, o efetivo nordestino foi aquartelado no Asilo de Santa Leopoldina, em Praia Grande, localizado na cidade de Niterói, Província do Rio de Janeiro. No mês seguinte, um segundo contingente de cearenses conduzido pelo tenente-coronel Antônio Peregrino Viriato de Medeiros chegou à capital fluminense, onde ficou, também, aquartelada.

Ainda nesse mês de maio, o Aviso do Ministro da Guerra do dia 22 nomeava o capitão do Exército Imperial (EI) Joaquim Francisco Figueira Melo, major em Comissão (C), para exercer o comando do futuro 26º Corpo de Voluntários da Pátria (CVP).

Na fase de fusão dos contingentes, na organização da unidade e no deslocamento para a Argentina, a tropa foi conduzida pelo major (C) Capitão do Exército Imperial (EI) Raymundo Remígio de Melo, fiscal do 26º CVP, nomeado no mesmo Aviso do dia 22 de maio.

A bordo do navio transporte São Francisco, 588 homens (21 oficiais e 567 praças) partiram da Corte do Rio de Janeiro em direção ao porto de Buenos Aires no dia 22 de junho. A tropa permaneceu

seis dias na cidade portenha, quando foi organizada definitivamente de acordo com a Ordem do Dia nº 454, de 21 de junho de 1865, da Repartição da Ajudância-General.

Ainda com claros em seu efetivo, o 26º de Voluntários embarcou no vapor Uruguay com destino à cidade de Concórdia, onde se encontrava o Exército Imperial, comandado pelo brigadeiro Manoel Luís Osorio. No dia 15 de julho, o 26º é incorporado ao Exército, ficando provisoriamente subordinado à 4ª Brigada de Infantaria cujo comando era exercido pelo brigadeiro Antônio de Sampaio. Dessa forma, o marquês do Herval atendia ao pleito do presidente da Província do Ceará, Dr Lafayette Rodrigues Pereira.

Ainda no Acampamento de Concórdia, chegou o terceiro contingente oriundo do Ceará. O brigadeiro Osorio determinou a incorporação imediata da tropa recém-apresentada ao 26º CVP. O efetivo era representado por guardas nacionais do próprio estado e um reforço de três oficiais e oitenta praças. No final desse mesmo mês, o Maj Figueira de Mello se apresentou para assumir o comando de sua unidade.

Na manhã de 24 de julho, o Exército Imperial, constituído por 17.500 soldados com apoio de 32 bocas de fogo, está pronto para o combate. O 26º Corpo de Voluntários da Pátria completou o seu efetivo de subalternos conforme especificado no **Quadro 1**.

Em 11 de agosto, o Exército marchou na direção da cidade de Mercedes, ponto central da Província de Corrientes. Ao final do mês de setembro, atingiu a linha demarcatória que separava as províncias de Corrientes e Entre Rios, na Mesopotâmia Argentina, chegando ao seu destino final em 20 de outubro do mesmo

ano. É necessário destacar que, durante a marcha, nenhum voluntário cearense contraiu qualquer tipo de moléstia, em consequência da firme determinação de seu comandante em não permitir que seus homens consumissem a água existente nos charcos atravessados, fato que vitimou vários combatentes de outros batalhões.

Uma nova ordem de dia cria mais duas grandes unidades: a 10ª e 11ª Bda Inf. Em face da nova articulação, o 26º fica subordinado à 10ª Bda Inf, assim como o 2º CVP (MNC) e o 3º Batalhão de Linha (Btl L).

A partir de 25 de outubro, o Exército da Tríplice Aliança estava todo reunido, após o evento da retomada de Uruguaiana, e se preparando para a invasão do território guarani. O marquês do Herval comandava, nessa oportunidade, 22.000 combatentes.

Em 15 de dezembro, Osorio acampou em Lagoa Brava. A 20km do acampamento, situava-se o Passo da Pátria, uma aldeia paraguaia fortificada, ao norte do Forte de Itapiru, na margem direita do rio Paraná.

Nessa oportunidade, outro contingente de guardas nacionais, proveniente do Ceará, é incorporado ao 26º. Esse grupamento é constituído de 200 homens, conduzidos pelo tenente da Guarda Nacional (GN) Alexandre Nunes de Melo.

Iniciavam-se os preparativos para a transposição do curso d'água que balizaria a linha de partida (LP) para a invasão ao Paraguai, conforme a articulação do 26º CVP.

A invasão e os primeiros combates

A transposição do rio Paraná, comandada pelo marquês do Herval foi articulada em dois escalões, conforme o seguinte dispositivo: em 1º escalão, seguiu

SÍMBOLO	OFICIAIS
	Comandante - Maj Joaquim Francisco Figueira Melo Fiscal - Maj Raymundo Remígio de Melo Ajudante - Alf ^o Antônio Nunes Cardoso Quartel-Mestre - Alf Júlio César da Fonseca Secretário - Alf Antônio Herculano da Costa Brito
	1ª Companhia de Fuzileiros Cap Traumaturgo da Guerra Machado Ten Antônio Herculano da Costa Brito Alf Tristão Teles de Alencar Araripe Alf Luís Mora Oliveira
	2ª Companhia de Fuzileiros Cap José Cândido Barreto Ten Francisco Brígido dos Santos Alf Jovita Duarte Silva Alf Antônio Por Deus Júnior
	3ª Companhia de Fuzileiros Cap Plácido Fontenele Filho Ten Delmior Porfírio de Faria Alf José Martiniano Peixoto Alencar Alf Antônio Matosinho de Sá Pereira
	4ª Companhia de Fuzileiros Cap Vitorino Queiroz de Paiva Ten Francisco de Sales Pereira Alf José Demógenes de Holanda Cavalcanti Alf Domiciano Joaquim Ribeiro
	5ª Companhia de Fuzileiros Cap Jorge Maia de Oliveira Guimarães Ten Israel Bezerra de Menezes Alf Francisco A. Carvalho de S. Varejão Alf Raymundo Pinto Brandão
	6ª Companhia de Fuzileiros Cap Joaquim Rodrigues de Souza Ten Bernardino da Silva Souza Alf Heleodoro Cavalcanti de Araújo Alf Antônio Peregrino Viriato de Medeiros
	7ª Companhia de Fuzileiros Cap Nuno José Ferreira Ten Antunes Pereira de Souza Alf Enéas Ferreira Nobre Alf José Balduino de Albuquerque
	8ª Companhia de Fuzileiros Cap Antônio Rodrigues dos Santos França Leite Ten João de Souza Castelo Alf Gustavo Francisco Sampaio Alf José Luís de Souza Maia

(*) alferes

Quadro 1 – Organograma do 26º Corpo de Voluntários da Pátria

Fonte: elaboração do autor

a 3ª Divisão, comandada pelo brigadeiro Antônio de Sampaio, que se lançou ao rio no final da tarde do dia 15 de abril de 1866; em 2º escalão, seguiu a 1ª Divisão, comandada pelo brigadeiro Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, que embarcou sua tropa às 24:00 horas do mesmo dia. O 26º CVP, subordinado à 10ª Bda, transpôs o curso d'água a bordo do encouraçado Riachuelo, integrando o 2º escalão.

Osorio transpõe o Passo da Pátria e, em 16 de abril, desembarca as suas duas divisões e invade o Paraguai. Ao tocar margem guarani, os brasileiros são recebidos com intensa fuzilaria pelos elementos de vigilância guaranis. A noite caiu sobre o campo de batalha acompanhada de intensa chuva e constante tiroteio. Na manhã do dia 17, os paraguaios desfecharam, sem sucesso, um ataque frontal contra a cabeça de ponte, o que lhe custou 500 baixas. Nessa ação a Divisão do brigadeiro Argolo Ferrão teve 337 baixas. O 26º Voluntários pranteou a perda do Cmt 1ª Cia VP, Cap Nuno José Ferreira, e do Ten José Bernardino de Souza e Silva, oficial subalterno da 6ª Cia VP, que vieram a óbito no Hospital de Sangue.

A consolidação da cabeça de ponte abriu caminho para o Forte Itapiru, que foi bombardeado e conquistado em 18 de abril, e a posição fortificada de Passo da Pátria, ocupada no dia 23 do mesmo mês, após ser abandonada por ordem de Solano López.

A batalha do Estero Bellaco

A batalha ocorreu em 2 de maio de 1866, em uma região pantanosa próxima a zonas de escoamento natural de águas estancadas, chamadas de "esteros", quando as tropas brasileiras, tomadas de entusiasmo avançaram além do que permitia a segurança. Os paraguaios comandados do general José

Eduvigis Díaz Vera executaram um ataque surpresa; inicialmente, a empreitada foi bem-sucedida, entretanto o general José Díaz resolveu aproveitar o êxito e destruir o restante da tropa brasileira. Ao avançar, os soldados guaranis acabaram deparando com o inimigo em maior número e terminaram por recuar em desordem. Durante a retirada, o exército paraguaio perdeu mais de 2.000 homens, além dos 300 que foram aprisionados.

O 1º CVP (MNC) e o 26º Voluntários estavam entre aqueles que progrediram o máximo possível até deparar com as tropas do general José Díaz. O combate corpo a corpo e o aço das baionetas caladas deram o tom do entrevero travado e causaram elevado número de baixas.

Na luta, quando a investida dos esquadrões de cavalaria era intensa, a bandeira do Corpo esteve na iminência de cair em poder do inimigo. Mas seus homens formaram um baluarte, contendo a ira do inimigo, muito superior em número, enquanto o seu porta-bandeira atravessava com esta um profundo banhado, e a punha a salvo. E quando esta já se encontrava a boa distância para a retaguarda, é que a barreira humana cuidou de retirar-se também; o que praticaram uns poucos, pois os outros ficaram abatidos no campo de honra.¹¹

A batalha de Tuiuti

Após a vitória no Estero Bellaco, as tropas prosseguiram rumo a Assunção, enquanto mapeavam o território. Em uma área que ficava a cerca de dez quilômetros da confluência dos rios Paraguai e Paraná, os Aliados montaram o acampamento de Tuiuti, em uma pequena elevação ladeada por matas e lagoas, em 20 de maio. Quatro dias depois, os

guaranis, novamente de surpresa, executam outro ataque. É travado o maior combate terrestre em terras sul-americanas. No campo de batalha, encontravam-se o general Osorio, comandante do Exército Imperial, o general Sampaio, comandante da 3ª Divisão, e o tenente-coronel Emílio Luís Mallet, comandante do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, que viriam a ser designados, no século seguinte, como os patronos, respectivamente, da Cavalaria, da Infantaria e da Artilharia Brasileira. Esse entrevero passou para as páginas da História Militar com a denominação de "Batalha dos Patronos".

O 26º, mais uma vez, atuou enquadrado no âmbito da 10ª Brigada de Infantaria, inicialmente apoiando o 3º Batalhão de Artilharia a pé, em seguida debatendo-se contra os infantess e cavalarianos do general Vicente Bárrios. No transcórre da luta, o comandante do Corpo de Voluntários é ferido e substituído pelo major Joaquim Luís de Azevedo.

Tal empenho no combate ceifou mais algumas vidas cearenses, o que levou o 26º, mais uma vez, a prantear suas perdas, entre elas, os alfares João Plácido dos Santos e Pompeu do Amaral Belota.

No dia 2 de julho, mais uma baixa é registrada no efetivo do 26º Voluntários. O alferes Izak Bensem vem a óbito, no Hospital de Montevideu, em virtude dos ferimentos recebidos em Tuiuti. Esse combate impingiu numerosas perdas ao Paraguai, que comprometeu a sua capacidade bélica ofensiva.

Após Tuiuti, as ações de ambos os contendores se limitaram ao bombardeamento dos respectivos acampamentos em face do estado debilitado em que se encontravam.

Osorio, por motivo de saúde, passa o comando do Exército Imperial ao general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, no dia 15 desse mesmo mês.

O combate de Punta Ñaró

Ao assumir o comando, o general Polidoro determina a conquista de uma posição, denominada de Punta Ñaro pelos paraguaios, localizada à frente de Tuiuti, que poderia proporcionar ao inimigo alguma vantagem sobre nossas tropas. A ação é realizada no dia seguinte com base em planejamento idealizado por Osorio. O plano consistia em realizar um ataque coordenado, empregando duas formas de manobras clássicas: um ataque frontal e um envolvimento, a cargo da 10ª e 11ª Brigada, respectivamente.

Após a conquista da posição, o General Polidoro determinou que a 10ª Brigada se engajasse na defesa do baluarte. Foi lançado para isto 2º CVP (MNC), comandado pelo Maj Manoel Deodoro da Fonseca, enquanto, protegido pela neutralização feita, aproximava o 22º (PE), 26º (CE) e 40º (BA). Mais um tributo em vidas foi cobrado à brava gente cearense. Ao anoitecer, a brigada foi substituída na posição. O combate de Punta Ñaro foi denominado de Tomada do Boqueirão do Sauce, pelo futuro barão do Rio Branco, que contabilizou as perdas brasileiras em 1.899 mortos e feridos. Os paraguaios perderam 2.500 combatentes.

A marcha do tempo não parou. No dia 18 de julho, o general José Diaz realiza um contra-ataque com o objetivo retomar a posição perdida no dia 16 passado. Apesar de a 10ª Brigada não ter sido empregada,

o 26º perdia o alfares Gustavo Francisco Sampaio, assim como, no dia 22 de julho, ocorreu o passamento do alfares Peregrino Viriato de Medeiros, verificado no Hospital de Corrientes, vítima dos ferimentos recebidos em Tuiuti.

A Morte do comandante do 26º de Voluntários

O Maj Figueira de Melo se restabelece dos ferimentos recebidos em Tuiuti e reassume o comando de sua unidade. Pelos serviços prestados durante a guerra, é condecorado com a Insígnia do Cruzeiro – Grau Cavaleiro, em 17 de agosto. No mês seguinte, no dia 22, é promovido por bravura ao posto seguinte.

No dia 29 de outubro, ao regressar ao acampamento, à noite, vindo de uma inspeção na linha de contato, acompanhado do general Argolo, foi vítima do “fogo amigo”, ao ser alvejado mortalmente por um soldado de sua própria unidade, ao confundi-lo com o inimigo. A morte do comandante do 26º CVP causou consternação não só no âmbito do corpo, como também, em toda a brigada.

Em 18 de novembro, o marquês de Caxias assume o cargo de comandante em chefe do Exército e da Armada Imperial. O general Polidoro passa a comandar o 1º Corpo de Exército. No ano seguinte, o general Polidoro entregará o comando ao marechal Argolo Ferrão.

No dia 19 do mesmo mês, a Ordem do Dia nº 11 nomeou o major (C) Domingos Alves Barreto Leite para o comando do 26º Voluntários do Ceará.

O acampamento em Tuiuti e a marcha para Tuiu-Cuê

No período que antecede o deslocamento para Tuiu-Cuê, o 26º CVP sofre mais cinco baixas — entre elas estão o tenente Francisco Duarte da Silva Benevides e o capitão Domingos Alves Ferreira — ocorridas no próprio estacionamento.

O marquês de Caxias planejou a movimentação do Exército Aliado com a finalidade de flanquear a Fortaleza de Humaitá, a Sebastopol¹² sul-americana, que impedia a livre navegação do rio Paraguai, a fim de isolá-la e descobrir um ponto vulnerável em suas posições fortificadas. Para isso, aguardou a chegada de Osorio — oriundo da Província do Rio Grande do Sul, na primeira semana de julho de 1867, à frente do 3º C Ex, com pouco menos que seis mil homens — e o pronto do 2º C Ex, comandado pelo visconde de Porto Alegre, que acabara de retornar de Curuzu.

Após concentrar os meios de combate, apoio ao combate e logísticos, colocou o Exército Aliado em marcha: na vanguarda, tropas do 3º C Ex, comandadas pelo barão do Herval; em sua esteira, o Grosso do Exército (Exército argentino e o 1º C Ex e o 3º C Ex, menos as tropas da vanguarda). O 2º C Ex permaneceu guarnecendo os acampamentos de Tuiuti e Passo da Pátria.

No dia 31 de julho de 1867, o marquês de Caxias estabeleceu o seu QG na localidade de Tuiu-Cuê. No mês seguinte, a esquadra brasileira ultrapassou Curupaiti, mas não Humaitá. Os encouraçados brasileiros permaneceram seis meses entre essas duas posições. Em três de novembro, ocorreu a 2ª batalha de Tuiuti. López ordenou o ata-

que na esperança de romper o cerco aliado, não obtendo sucesso nessa empreitada, em face das resistências do 2º C Ex, deixado para guarnecer aquela região.

O 1º C Ex recebe a missão de ocupar o Reduto de Taji. No dia 11 de novembro, o marechal Argolo Ferrão determina que a 2ª Bda (ex-10ª) estabeleça posição em Taji. O 26º Voluntários, sob o comando do tenente-coronel Gabriel de Souza Guedes, ocupa a barranca da margem esquerda do rio Paraguai. Em seguida, é substituído pelo major Sebastião Crisólogo de Melo Tamborim.

A emboscada no arroio Caimbocá

No mês seguinte, no dia dois, enquanto o 26º guarnecia uma picada na margem esquerda do Arroio Caimborá, o Maj Melo Tamborim, acompanhado de um destacamento de aproximadamente 21 homens, transpunha o curso d'água com a finalidade de reconhecer o terreno e o inimigo. Sem perceber a emboscada armada, foram surpreendidos por elementos a pé, da cavalaria guarani, que infligiu baixas, principalmente entre a oficialidade brasileira, sucumbindo durante o entrevero o comandante do 26º Voluntários, além do capitão Delmiro Porfírio de Freitas e do alferes Domingos Cândido de Carvalho.

A marcha para o combate na direção de Piquiciri

Em 16 de agosto de 1868, o marquês de Caxias reestruturou o Exército Imperial. O 26º de Voluntários passou a pertencer ao 2º C Ex, comandado pelo marechal Argolo

Ferrão, que ocupou Humaitá em virtude da retirada do inimigo. A região transformou-se em base de operações para os Aliados.

A nova reestruturação fez com que o 26º Voluntários do Ceará passasse a ser comandado pelo major Domingos Alves Barreto Leite, e a unidade se integrasse à nova 2ª Brigada de Infantaria, juntamente com o 25º CVP (BA) e o 29º CVP (BA).

Terminado o apronto operacional, o Exército passou a realizar uma marcha para o combate, na direção norte, com o intuito de estabelecer o contato com o inimigo. A tropa foi castigada por chuvas torrenciais, que encharcavam o terreno, dificultando a progressão a pé, hipomóvel ou a tração de muares. No dia 30 de agosto, a vanguarda ultrapassava o rio Tebiquari, enquanto que o Grosso do Exército (1º e 3º C Ex) necessitou de quatro dias.

Em meados de setembro, o marquês de Caxias chega a Vila Franca e avista as belonaves da Armada Imperial estacionadas na margem do Paraguai.

As agruras que o 26º enfrentou, assim como o restante da tropa, estão descritas em expediente encaminhado pelo comandante em chefe ao ministro da Guerra, afirmando:

A marcha do Exército tem continuado sem incidente algum grave, apesar do péssimo terreno por onde ela se tem feito e do pesado trem que nos acompanha. Os extensos e profundos banhados, os esteiros e o estado a que as chuvas copiosas têm reduzido o terreno que atravessamos e têm sido fatal à nossa boiada, tendo-se perdido mil e tantas cabeças.¹³

Em 30 de outubro, o 26º CVP, incorporado ao 1º CEx, chega à região do Chaco.

Mais uma vez, é realizada uma nova reorganização das tropas brasileiras. Os voluntários cearenses passam a integrar o efetivo do 2º CEx, agora comandado pelo marechal de campo Argolo Ferrão.

A batalha de Itororó

Na marcha para restabelecer o contato, o Exército Aliado se deteve à frente de uma pequena e estreita ponte sobre arroio Itororó, que dificultava o prosseguimento da ação. O marquês de Caxias determinou que o 3º CEx marchasse pela parte esquerda do flanco aliado, a fim de surpreender a retaguarda do inimigo e realizar a segurança do flanco leste. Enquanto o deslocamento era realizado, o restante das tropas sob o seu comando atacava, no dia seis de dezembro de 1868, os paraguaios pela ponte e dava início à batalha com o 1º Batalhão de Infantaria de Linha.

A participação do 26º Voluntários foi descrita pelo comandante da 2ª Bda Inf em trechos do ofício encaminhado ao escalão superior:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. brigadeiro Salustiano Jerônimo dos Reis, Comandante da 2ª Divisão de Infantaria:

Transmito a V.Exa. as partes juntas dos atuais Comandantes dos 2º Batalhão de Infantaria, 26º e 40º de Voluntários, relativamente ao combate de 6 do corrente no Passo Itá

[...]

Passando depois V.Exa. para o campo além da ponte, ordenou-me fazer seguir o 26º de Voluntários, o que foi executado e, nesta ocasião, formando quadrado junto à ponte, foi gravemente ferido o seu digno Comandante, major Domingos Alves Barreto Leite, que se fez credor dos maiores encômios, pela bravura que ostentou e acerto das manobras que com perícia desenvolveu, passando imediatamente o comando ao major

Pedro Jaime Lisboa, que digna e corajosamente portou-se também, com calma e placidez. Mas reconhecendo depois V.Exa. a urgência de ser guardada a mata à direita da estrada, por onde o inimigo fazia esforços de flanquear-nos, ordenou que estendesse em linha em frente à referida mata, e neste lugar executou com perícia e destemidez todo o Batalhão o que lhe foi ordenado.

[...]

Deus guarde a V.Exa.

(a) Domingos Rodrigues Seixas, Comandante da 2ª Brigada.¹⁴

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Apesar da vantagem que a posição defensiva oferecia ao inimigo, a tropa brasileira investiu contra aquele baluarte três vezes, sendo repelida em igual número de oportunidades. Somente no quarto assalto contra a posição, tendo à frente o próprio comandante em chefe, a vitória se apresentou aos aliados. Esse episódio ficou marcado na literatura militar brasileira pela célebre frase do marquês de Caxias: "Sigam-me, os que forem brasileiros".

Derrotados, os paraguaios se retiraram do campo de batalha, sendo perseguidos por Osorio. O Exército Imperial teve 1.806 baixas, enquanto que os paraguaios perderam 1.200 homens, além de farta quantidade de armamento e suprimento.

Nesse entrevero, o tenente Agripino Pioncelont de Carvalho e 12 praças tombaram sem vida sobre o solo guarani.

A batalha do Avaí

A batalha teve um saldo de 3.000 guaranis mortos e grande apreensão de material bélico inimigo. Apesar de não ter sofrido baixas nesse combate, o 26º já apresentava inúmeros claros em suas fileiras. O major Pedro Jaime Lisboa, comandante interino do 26º,

registrou, em parte, ao escalão superior a conduta de seus comandados:

Comando do 26º de Voluntários, acampamento de Villeta, 12 de dezembro de 1868. Ilustríssimo Senhor;

Às nove horas e meia do dia de ontem pôs-se em marcha o Batalhão sob meu comando interino, em coluna de pelotões na distância regulamentar;

[...]

Apesar de serem esses movimentos feitos em marcha e quase sempre em acelerado, não permitindo o terreno pelos pântanos e sangas, contudo foram eles executados com presteza, conservando sempre o Corpo perfeita ordem.

O 26º de Voluntários, ainda desta vez, portou-se a não desmerecer do conceito que tem sabido ganhar de seus superiores.

Não tivemos a lamentar perda alguma

Deus guarde a V. Sa.

(a) Pedro Jaime Lisboa, major Comandante interino.¹⁵

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

A dissolução do 26º de Voluntários

No dia seguinte, o marquês de Caxias decide reorganizar o exército, em virtude das grandes baixas ocorridas nas ações em Itororó e Avaí. A unidade cearense é dissolvida no dia 13 de dezembro de 1868 e dividida em duas alas. A ala direita é incorporada ao 1º Batalhão de Infantaria de Linha, enquanto que a ala esquerda é integrada ao 34º de Voluntários, oriundo do Estado do Pará.

No prosseguimento do combate, o 34º CVP ataca as trincheiras da posição de Lomas Valentina, sofrendo inúmeras baixas, o que acarreta a sua dissolução. Em consequência, o efetivo remanescente do 34º e a Ala esquerda do 26º são incorporados ao 1º BI Linha.

Assim, o ex-26º CVP, integrado totalmente ao 1º BI Linha, deixa Villeta e ocupa Assunção, participa do assalto a Peribebeu e do combate de Campo Grande.

Em 11 de novembro de 1869, o efetivo do ex-26º CVP é transferido para 46º de Voluntários da Bahia e marcha para o acampamento da Vila do Rosário.

A reorganização do 26º de Voluntários

A guerra terminou com a morte de Solano López, mas a desmobilização se iniciou com as instruções baixadas pelo Governo Imperial constante, dos Avisos nº 18 e nº 29, ambos de novembro de 1869, portanto três meses antes do desaparecimento do governante guarani.

Ao chegarem ao acampamento de Vila do Rosário, a notícia do provável e breve retorno ao Brasil já corria o estacionamento. Os remanescentes do 26º de Voluntários, assim como outros corpos, manifestaram a intenção de reconstituir as suas unidades extintas à época pelo marquês de Caxias.

Os cearenses se reuniram e, possivelmente por meio do Ten Cel Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, conseguiram do conde d'Eu a reconstituição do 26º CVP, única OM representante do Ceará na campanha militar que estava por se findar.

Comando-em-Chefe de todas as Forças Brasileiras: em operações na República do Paraguai. Quartel-general na Vila Rosário, 12 de março de 1870.

Ofício nº 165

Ilmo. e Exmo. Sr.

Comunico a V. Exª que, continuando a não aparecer no Paraguai vapores capazes de conduzir tropas para o Rio de Janeiro,

deliberei-me a fazer conduzir, no dia 15 do corrente mês, no paquete Leopoldina, o Batalhão 26^o Voluntários que vem assim a constituir a terceira das expedições prescritas nas Instruções de 18 de novembro findo.

Esse Batalhão foi outrora organizado na Província do Ceará, e como hoje em dia não existissem mais oficiais superiores entre os Voluntários da Pátria vindos dessa Província, dei o seu comando ao coronel em comissão, tenente-coronel do Estado-Maior de Artilharia, Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza.

Deus guarde a V. Ex^a.

(a) Gastão de Orleans, Comandante-em-Chefe.¹⁶
(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

A desmobilização

O primeiro aviso trazia em seu bojo o pensamento de recolher ao Brasil

as praças voluntárias da pátria que sejam dispensáveis nas operações que devem ser continuadas com incessante energia até chegar-se à conclusão real da guerra,

conforme preconizava o Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865:

Art. 4^o Os voluntarios comprehendidos nos artigos anteriores terão baixa logo que fôr declarada a paz, dando-se-lhes immediatamente passagem para onde a solicitarem, no caso que tenham de se transportar per mar.

Art. 5^o As baixas não dependerão de ordem do Governo, ficando os Comandantes dos respectivos Corpos autorizados a dá-las, logo que forem reclamadas pelos indivíduos que tiverem direito.¹⁷

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

O Aviso nº 29 foi ao encontro de anseio do conde d'Eu, pois desejava o prínci-

pe consorte enviar para o Brasil um grande número de combatentes, com a finalidade de despertar o regozijo por parte do povo. As instruções afirmavam não haver navios suficientes para transportar o efetivo desejado e tampouco aquartelamentos na Corte para abrigar as tropas que aguardariam o transporte para as províncias do Norte e Nordeste. Entretanto, a realidade era outra.

O gabinete conservador temia as agitações e perturbações da ordem que possivelmente aconteceriam com o grande contingente humano presente nas ruas, feito que seria amplamente explorado politicamente pelos liberais, na oposição.

O documento afirmava que não deviam chegar ao Rio de Janeiro mais de mil e seiscentos combatentes de cada vez e, ainda, não deveriam constituir unidades completas, e sim alas de diferentes batalhões, o que acarretaria a perda da unidade de comando e o espírito de corpo de organização militar.

No período compreendido entre a expedição do decreto nº 3.371, de sete de janeiro de 1865, e o epílogo da guerra, em primeiro de março de 1870, foram mobilizados cinquenta e sete CVP de várias regiões do país, com predominância da Região Nordeste, e apenas doze CVP retornariam para casa.

O conde d'Eu cumpriu as instruções do governo, exceto aquela de encaminhar os VP em alas isoladas. O príncipe teve a sensibilidade de atender aos justos pedidos dos representantes das várias províncias, para que tivessem eles, pelo menos, um corpo de voluntários para saudá-lo ao aportar na terra natal. Dessa forma, d'Eu determinou a reativação de mais sete corpos, totalizando dezenove batalhões que retornariam ao Brasil.

O retorno dos combatentes brasileiros se iniciou em três de fevereiro de 1870 com a chegada da Primeira Brigada de Voluntários da Pátria (Bda VP) nos dias 22 e 23 do mesmo mês, sob o comando do coronel Francisco Vieira de Faria Rocha, da Guarda Nacional da Bahia (GN/BA), enquanto que o último escalão aportou no Rio de Janeiro em 30 de janeiro do mesmo ano. Entre fevereiro e junho os VP, regressaram ao país em seis escalões.

O primeiro contingente era composto por um corpo de voluntários das províncias de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, totalizando mil trezentos e vinte homens. As unidades do Nordeste foram aquarteladas o tempo necessário para permutarem de embarcação e seguirem destino as suas províncias. A tropa de Minas Gerais marchou para Juiz de Fora e, de lá, para Ouro Preto, de onde haviam saído quatro anos antes.

O segundo contingente chegou ao Rio de Janeiro no mês de março, em três datas distintas, trazendo um corpo de voluntários, oriundos da Corte, Pernambuco e Ceará. Após o desfile da vitória pelas ruas do Rio de Janeiro, as unidades do Nordeste seguiram viagem enquanto que a da Corte era dissolvida.

O coronel Francisco Alves Lourenço Araújo, da Guarda Nacional da Bahia, comandante do terceiro contingente, trouxe para a capital do Império 1.348 combatentes da 2ª Bda VP, cujo efetivo reuniu homens das províncias de São Paulo, Pernambuco e Bahia. A chegada da tropa foi dividida em dois subgrupos, que aportaram na Corte, com uma diferença de dois dias entre eles, no mês de abril. Quando o restante da tropa chegou, a brigada foi reconstituída e desfilou pelas ruas da cidade.

À semelhança do que aconteceu com os contingentes anteriores, as unidades do Nordes-

te seguiram o seu destino, enquanto que a tropa de São Paulo marchou para Santos e, de lá, para a capital do estado.

O quarto e o quinto contingentes chegaram, respectivamente, no início e no final do mês de maio, com mil seiscentos e quarenta e nove combatentes e mais mil trezentos e cinquenta e quatro voluntários. A 3ª Bda VP era comandada pelo médico carioca coronel Dr. Pincheiro Guimarães, enquanto que a 4ª Bda VP era comandada pelo coronel Augusto de Barros Vasconcelos. Ambos trouxeram para o Brasil: cariocas, fluminenses, mineiros, potiguaras, cearenses, paraenses e amazonenses.

A nomeação desses oficiais para o comando das brigadas tinha por finalidade demonstrar o apreço, a admiração e o reconhecimento a esses soldados que se distinguiram nos campos de batalha durante a longa campanha que foi a guerra.

O sexto e último contingente chegou ao Rio de Janeiro em dois escalões, um em 23 de junho, trazendo efetivos do Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, enquanto que o outro aportou uma semana depois, trazendo mais um efetivo de baianos.

Junto dessa tropa, retornava também a Srª Ana Justina Ferreira Neri, enfermeira voluntária do corpo de saúde do Exército Imperial, que prestou serviço nos hospitais de sangue de Salto, Corrientes, Humaitá e Assunção. É considerada a primeira pessoa não religiosa a dedicar-se aos enfermos de uma comunidade ou população. O Governo Imperial outorgou-lhe a Medalha Geral de Campanha e a Medalha Humanitária de Primeira Classe. Ana Neri é reconhecida como a primeira enfermeira do Brasil e precursora da Cruz Vermelha.

O único corpo de voluntários da pátria que não veio ao Rio de Janeiro foi o contingente

Destino	Escalão	Dia	Mês	Bda	CVP	Ex-CVP	Provincia	Of	Pr	Vapor
Rio de Janeiro	1º	22	Fev	1ª	17º		MG	34	456	VASSIMON
		23			40º		BA	37	457	GALGO
					53º	ex-21º	PE	36	435	SÃO JOSÉ
	2º	19	Mar	x	23º	ex-1º	MNC	38	473	WERNECK
		20			30º		PE	34	411	CUIABÁ
		29			26º		CE	45	437	LEOPOLDINA
					35º	ex-7º	SP	20	200	ISABEL
	3º	14	Abr	2ª	42º	ex-11º	PE	41	418	
		16			35º	ex-7º	SP	26	260	ALICE
					27	46º		BA	41	
		41º					45		514	SÃO JOSÉ
	4º	04	Mai	3ª	27º	ex-4º	MNC	45	467	VILLETA
					33º	ex-6º	RJ	44	524	VASSIMON
					44º	ex-12º		44	525	BONIFÁCIO
					31º		MNC	52	548	EMELY
					5º	29	Mai	4ª	36º	
	37º		(1)	17					195	EMELY
	50º		(2)	52					668	ISABEL
6º	23	Jun	x	54º	ex-57º	RN+PI	52	613	SÃO JOSÉ	
				30						
Porto Alegre	Único	06	Mai	x	39º	ex-9º	RS	46	414	CUIABÁ

(1) A unidade foi criada pela Ordem do Dia Nº 46, de 15 de abril de 1870, na cidade de Humaitá no Paraguai, reunindo os oficiais e praças de MG e SE.

(2) Há divergências sobre a origem dessa unidade. Entretanto, ela recebeu a missão de trazer de volta ao Brasil os voluntários do RN, PI e um efêmero contingente de cearenses.

Tabela 2 – A desmobilização dos Voluntários da Pátria

Fonte: elaboração do autor

(único) dos gaúchos, que seguiu direto de Montevideu para Porto Alegre. É possível observar outras informações sobre os Voluntários da Pátria na **Tabela 2**.

A cidade de Montevideu, no Uruguai, organizou um corpo de voluntários com 450 combatentes, que recebeu designação de 16º Corpo de Voluntários Auxiliar. Na primeira fase da campanha de Caxias, foi reestruturado, tomando a numeração de 48º Corpo de Voluntários, e posteriormente extinto ao final dessa mesma campanha. Era conhecido pela alcunha de “garibaldino”, pois sua constituição básica era de mercenários italianos.

Os Voluntários da Pátria, ao retornarem às províncias do Império, realizavam o desfile

da vitória, que estava previsto nas instruções dos avisos de novembro, assim como a entrega do armamento, munição e qualquer outro material bélico que porventura o voluntário portasse aos paióis do Exército ou dos corpos de polícia das respectivas províncias, no caso de não haver aquartelamentos do Exército de linha. Outra determinação prevista era a entrega do pavilhão imperial que tremulou nos corpos de voluntários durante o conflito contra Solano López. E assim foi feito, seguindo um rito semelhante em todas as províncias: a bandeira do Império foi depositada solenemente em igrejas, catedrais, organizações públicas ou organizações policiais das províncias, conforme a **Tabela 3**, relativa aos locais que possuem registro sobre tal evento.

Província	VP	Local do depósito	Cidade
Bahia	415	Corpo de Polícia da Província da Bahia	Salvador
	460	Catedral de Santo Amaro	
	548	Matriz de Nossa Senhora da Vitória	
Pernambuco	539	Catedral de Olinda	Olinda
	429		
Ceará	269	Catedral de Fortaleza	Fortaleza
Minas Gerais	179	Catedral de Ouro Preto	Ouro Preto
Rio de Janeiro	449	Corpo de Polícia da Província do Rio de Janeiro	Niterói
MNC	239	Capela Imperial	Rio de Janeiro
	319	Corpo de Polícia da Corte	
São Paulo	359	Catedral da Sé	São Paulo

Tabela 3 – Local de depósito dos pavilhões imperiais que voltaram da guerra

Fonte: elaboração do autor.¹⁸

Terminada a pompa e a circunstância, chegava o momento de os Voluntários da Pátria, agora Veteranos de Guerra, reivindicarem aquilo que o Governo Imperial lhes devia:

Primeiro passo: os Veteranos teriam de cobrar os soldos e as gratificações atrasadas e não pagas até o presente momento do Governo Imperial.

Art. 2º Os voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que percebem os voluntários do Exército, mais 300 rs. diários e a gratificação de 300\$000 quando derem baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas.¹⁹

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Segundo passo: as viúvas e órfãos teriam de cobrar a pensão que lhes era devida.

Art. 10. As famílias dos voluntários que falecerem no campo de batalha, ou em consequência de ferimentos recebidos nella, terão direito à pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para os Officiaes e praças do Exército. Os que ficarem inúti-

lizados por ferimentos recebidos em combate perceberão, durante sua vida, soldo dobrado de voluntário.²⁰

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

A cobrança desses direitos não era algo fácil de se realizar. Havia a necessidade de se requerer tal benefício na forma lei. Para tanto, o homem livre ou o liberto de guerra teriam de

saber ler e escrever para operacionalizar tal instrumento jurídico. Aqueles que não tinham essa habilidade e conhecimento se socorriam aos serviços de advogados, que, em sua maioria, na década do ano de 1870, se especializaram nesse tipo de reivindicação. Esses profissionais cobravam uma boa parcela dos soldos dos Veteranos, viúvas e órfãos, a título de prêmio, para conseguir no judiciário o que deveria ser um direito líquido e certo a todos os combatentes da Guerra Grande.

As demais promessas ficariam apenas na lembrança dos Veteranos.

Art. 9º Os voluntários terão direito aos Empregos Públicos, de preferencia, em igualdade de habilitações, a quaesquer outros individuos.²¹

[...]

Art. 12. O Governo concederá, em attenção aos serviços relevantes prestados pelos ditos voluntarios, gradações de Officiaes honorarios do Exercito; e solicitará do Corpo Legislativo autorisação para conceder-lhes vitaliciamente o soldo por inteiro, ou em parte correspondente aos seus postos.²²

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

O Brasil cresceu, assim como a sociedade, nos anos em que a guerra foi travada. Os Veteranos regressaram ao país e o encontraram diferente. A inflação, já naquela época, corroía a pensão e agravava o sofrimento de seus familiares. Havia uma necessidade premente em se posicionar nesse novo contexto, mas também na hierarquia social.

O conceito de cidadania àquela época estava ligado à participação no processo eleitoral, em ter um emprego e uma moradia. A maioria dos Veteranos não teve a mesma sorte, passando por asilos, hospitais, casas de detenção e de correção. Alguns encontraram apoio em instituições filantrópicas, tais como a Sociedade dos Montepios para Servidores do Estado e a Sociedade da Santa Cruz dos Militares.

A dissolução do 26º Corpo de Voluntários da Pátria

O vapor Leopoldina aporta em Montevideu no dia 22 de março de 1870 com 45 oficiais e 437 praças do 26º de Voluntários. Na mesma noite, faz o seu ressuprimento em combustível e, no dia seguinte, parte para Corte. No dia 30 de março, desembarcou no Rio de Janeiro e marchou para o bairro de São Cristóvão, onde foi aquartelada no "galpão do antigo curtume".

Em 16 de abril, o vapor Leopoldina parte do Rio de Janeiro em direção a Fortaleza, chegando à capital cearense em 30 de abril, pela parte da manhã.

O 26º realizou o desfile da vitória pelas ruas da capital do estado; no dia quatro de abril, depositou o Pavilhão Nacional, aquele que seguira com a unidade no dia

seis de abril de 1865 com destino ao TO, na Santa Igreja Catedral do Ceará e, por último, restituiu todo o armamento, munição e equipamento no depósito de Artigos Bélicos, conforme o previsto nas instruções dos avisos de novembro.

O 26 de Voluntários foi dissolvido, definitivamente, no dia seis de maio de 1870, seis dias após ter retornado à sua terra natal.

Terminada a pompa e a circunstância, a realidade era outra. Apenas para exemplificar, citaremos o ocorrido com aquele jovem, primeiro voluntário a se apresentar ao presidente da Província, em 28 de janeiro de 1865, que arregimentou, naquele mesmo dia, cerca de 53 voluntários e que percorreu os municípios de Messajana, Soure, Maranguape, Pacatuba, Baturité e outros, na empreitada que estava por vir.

O tenente Israel Bezerra de Menezes — no início da guerra, e major, no retorno a seu torrão — recebeu a serventia do Tabelionato de Baturité, atendendo ao espírito do artigo 9º do decreto imperial de convocação dos voluntários da pátria. Entretanto, o comendador Aciólli, no futuro, lhe usurpou tal benefício ao chegar ao auge do poder à frente do governo do Ceará.

Conclusões

A guerra é um conflito entre vontades pessoais que se transforma em um conflito de interesses de grupos até chegar ao embate de objetivos nacionais de estados soberanos. A Guerra da Tríplice Aliança foi um conflito em que os interesses e objetivos nacionais do Paraguai foram de encontro aos interesses e objetivos nacionais de Argentina, Brasil e Uruguai.

Foi fácil perceber que o Exército Imperial estava pronto para combater em regiões específicas e nas fronteiras, mas não em uma guerra nacional. Para complementar o esforço de guerra, foi convocada a Guarda Nacional.

O apresamento do navio brasileiro em Asunção e os ataques ao Mato Grosso e aos pampas gaúchos descortinaram a visão daqueles que tinham a responsabilidade de prover e manter uma força militar capaz de defender os interesses nacionais brasileiros. A Guarda Nacional não seria suficiente para concentrar os meios em pessoal necessários para a condução da guerra. Eis que surgem os Voluntários da Pátria.

As vinte províncias do Império e o Município Neutro da Corte mobilizaram cinquenta e sete corpos de voluntários da pátria no valor batilhão de infantaria. A população do sertão nordestino constituiu o grosso da tropa de fuzileiros, mostrando, nessa oportunidade, como mostraria no século posterior, parafraseando Euclides da Cunha, que o nordestino é um povo forte.

Homens livres, libertos e escravos buscaram o alistamento nas primeiras horas na certeza de que a guerra seria rápida, o que não aconteceu. Ainda houve posteriormente convocações forçadas para recompletamento de efetivos.

O conflito que se arrastava por quase seis anos chegava a seu termo com a morte em combate de Solano López na região das Cordilheiras.

Os Voluntários da Pátria, egressos do Paraguai, retornaram quase todos para o Rio de Janeiro e de lá para suas províncias. O júbilo, as comemorações e desfiles encerravam as homenagens aos combatentes vitoriosos sob o comando de Osorio, Caxias e D'Eu. Entretanto, a realidade chegou carregada de frustrações com as promessas não cumpridas pelo Estado brasileiro.

Veteranos, viúvas e órfãos tiveram seus direitos postergados em nome de uma burocracia e, em alguns casos, vilipendiados pela ação de agentes privados, que lhes tomavam considerável parcela do soldo e das pensões.

A mobilização foi rápida, inicialmente voluntária, e, ao seu término, coercitiva; mas a desmobilização mostrou-se inversamente proporcional à velocidade da primeira.

A guerra foi e será, sempre, um conflito entre vontades pessoais, interesses de grupos e objetivos nacionais. A defesa da integridade territorial de uma nação é responsabilidade do Estado e de seus cidadãos. Naquela época, cabia ao Governo Imperial prever, prover e sustentar a expressão militar do poder nacional, assim como acolher, no pós-guerra, aqueles brasileiros que, nas terras mato-grossenses, nos pampas gaúchos, na Mesopotâmia Argentina e nos campos de batalha guaranis deixaram o seu bem mais precioso: a vida; e cumprir com suas obrigações previstas no Decreto Imperial nº 3.371, de sete de janeiro de 1865, no que diz respeito às famílias que os Veteranos deixaram na Terra de Santa Cruz.

A missão foi cumprida pela expressão militar do poder exercida pela Monarquia Parlamentarista no século XIX, mas a lição com seus acertos e erros, principalmente aqueles ligados à desmobilização, não foi aprendida pelo poder nacional da República Presidencialista que governaria o Brasil durante a 2ª Guerra Mundial no século XX. **REB**

A guerra provocada por Solano Lopes foi, sem sombra de dúvida, o maior e mais complexo fenômeno de integração de nossa Pátria, depois da luta contra os holandeses no século XVII.

GENERAL PAULO DE QUEIROZ DUARTE

Referências

- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUARTE, general Paulo de Queiroz. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 3 vols., 1981-8
- FROTA, Guilherme de Andrea. História do Brasil – Colônia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- LAVARDA, Marcus Túlio Borowski. A iconografia da Guerra do Paraguai e o periódico *Semana Ilustrada* -1865-1870: um discurso visual.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnole, Visconde de. Diário do Exército, campanha do Paraguai, 1869 – 1870: Comando-em-Chefe de S. A. o Sr Marechal-de-Exército Conde d'Eu. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- Memorial del 6to. Encuentro Internacional de Historia Sobre la Guerra de la Triple Alianza – Asunción – Paraguay.
- Anais do VII Encontro Internacional de História Sobre as Oações Bélicas na Guerra da Tríplice Aliança – Uruguaiana-RS – Brasil.
- <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2098/1237> Acesso em: 18 jul 2015.
- <http://historia5alustosa.blogs.sapo.pt/2012/01/>. Acesso em: 9 dez. 2013.
- http://historia-pitagoras.blogspot.com.br/2011_06_01_archive.html. Acesso em: 9 dez. 2013.
- <http://portugalhistoria.blogspot.com.br/2008/02/dinastia-filipina.html>. Acesso em: 4 nov. 2013.
- <http://revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/colono-sim-soldado-nao>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- <http://semioticas1.blogspot.com.br/2011/07/batalha-de-papel.html>
- <http://verdadesmonarquicas.blogspot.com.br/>
- <http://wikipedia.unicefuganda.org/latest/A/Reconquista.html>. Acesso em: 9 dez. 2013.
- <http://www.ahimtb.org.br/conflixt13.htm> Acesso em: jan. 2016.
- <http://www.bahiana.edu.br/herois/herois.aspx?id=Mg==>. Acesso em: 13 mai. 2014.
- <http://www.brasilecola.com/historiab/revolta-vintem.htm> Acesso em: 18 jul 2015.
- <http://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/reliquias-fotografias-guerra-doparaguai.html> << Acesso em: 29 jul. 2015.
- <http://www.infoescola.com/brasil-imperial/revolta-do-quebra-quilos/> Acesso em: 18 jul 2015.

<http://www.institutodoceara.org.br/revista.php>. Acesso em: 18 jun. 2016.

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/parecia-uma-tempestade> Acesso em 30 jun. 2016.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-norma-pe.html>. Acesso em jan. 2016

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-38703-1-dezembro-1824-567456-publicacaooriginal-90805-pe.html. Acesso em jan. 2016

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Território do império colonial espanhol do Cone Sul localizado a leste rio Uruguai. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Banda_Oriental_do_Uruguai>. Acesso em: dez. 2013.

² Decreto de que criou o Exército do Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1824, Página 87, Vol. 1, pt II (Publicação Original). Autêntica certidão de nascimento do Exército Brasileiro, os seus originais estão depositados no Arquivo Nacional - Rio de Janeiro/RJ.

³ A Milícia Em Armas: O Soldado Brasileiro Da Guerra de Independência - Carlos Roberto Carvalho Daróz. www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/30.pdf

⁴ Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5 Vol. 1 pt I (Publicação Original).

⁵ Id. Ibidem.

⁶ IZECKSON, Vitor. *O Cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p 85.

⁷ Id. Ibidem.

⁸ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1866, Página 313, Vol. 1, pt. II (Publicação Original)

⁹ Revista do Instituto do Ceará - 1967.

¹⁰ Trecho da carta de Israel Bezerra de Menezes ao Barão de Stuart. Revista do Instituto do Ceará - 1967

¹¹ Coleção do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, de 1865 a 1870.

¹² Principal combate travado durante a Guerra da Crimeia, ocorrido de Set. de 1854 a Set. de 1855. Disponível em <<http://www.ahimtb.org.br/conflixt13.htm>> Acesso em: jan. 2015

¹³ Ofício encaminhado pelo marquês de Caxias ao barão de Muritiba, ministro da Guerra, em 10 de setembro de 1868.

¹⁴ Trecho do ofício encaminhado pelo comandante da 2ª Brigada de Infantaria ao brigadeiro Salustiano Jerônimo dos Reis, comandante da 2ª Divisão de Infantaria sobre o combate em Iitororó.

¹⁵ Parte encaminhada pelo comandante Interino do 26º de Voluntários ao coronel Domingos Rodrigues Seixas, comandante da 2ª Brigada de Infantaria

¹⁶ Ofício encaminhado pelo conde d'Eu ao barão de Muritiba - ministro da Guerra.

¹⁷ Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5 Vol. 1 pt I (Publicação Original).

¹⁸ Não há registros oficiais dos demais CVP no que diz respeito à entrega das armas e bandeiras.

¹⁹ Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5, Vol. 1, pt I (Publicação Original).

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.